**PROCESSO**: **n º** 2000-021627/2016

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. AQUISIÇÃO DE CURATIVO ANTIMICROBIANO

Tratam-se os autos sobre o **Processo Administrativo nº 2000-021627/2016,** em 01 (um) volume com 38 (trinta e oito) fls., que versam sobre a compra de material para curativo, adquiridos pela Secretaria de Estado da Saúde – SESAU através da empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME** (CNPJ 14.416.886/0001-63) para atendimento das necessidades apresentadas pela sede do órgão referido, bem como das unidades de saúde a ele vinculadas. A solicitação de pagamento está orçada em **R$7.901,64 (sete mil, novecentos e um reais e sessenta e quatro centavos).**

Os autos foram encaminhados a esta **Controladoria Geral do Estado – CGE** para pronunciamento sobre a possibilidade do pagamento pleiteado.

A análise do Processo Administrativo em tela restringiu-se à instrução **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.**

**1 – COTAÇÕES DE PREÇOS** – Às fls. 14/17, consta a apresentação da proposta de preço feita pela empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS – ME,** com Declaração anexa (fl. 16) da importadora dos curativos de marca específica, informando que o produto em epígrafe tem exclusividade de distribuição em Alagoas pela empresa supramencionada.

O produto foi solicitado pela Diretora, Verônica Maria de Oliveira Leite Omena, conforme CI Nº 788/0075/2014, datado de 05/08/2014 (fl. 02).

**2 – APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL ANTES DA CONTRATAÇÃO** – Às fls. 19/20, verifica-se a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, assinado pela Chefe Do SECAPRE, Janaina Lopes de Oliveira, com validade até 27/10/2014, em substituição aos documentos enumerados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/83, conforme determina o art. 32, §§ 2º e 3º, da mesma Lei. Observa-se, ainda, o despacho da lavra da servidora supramencionada, informando que a empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME** se encontra em situação de **IDONEIDADE FISCAL REGULAR**.

Não é possível comprovar, nos autos do processo, a competência da SESAU para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC, no âmbito estadual. Dessa forma, **reitere-se a ausência** **dos documentos de regularidade fiscal e habilitação jurídica descritos nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.**

**3 – AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi NÃO foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para contratação, emitida pela gestora da SESAU a época.

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão das Nota de Empenho **(2014NE20125),** à fl. 24, ***não possui assinatura da ordenadora de despesa,*** assim como não consta nos autos documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente para os dois servidores que assinaram, possibilitando a prática de tal ato. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, ***o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*.**

Ressalte-se ainda o entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, conforme Parecer PGE/ASS N° 36/2007, quanto à exigência de que conste da nota de empenho a assinatura do ordenador de despesa, bem como do responsável financeiro. A Controladoria Geral do Estado – CGE, através da Instrução Normativa CGE Nº 001/2007, em seu art. 1º, já determinava que as notas de empenho deveriam conter as *“...assinatura do ordenador de despesa ou do* ***servidor quer detenha delegação para tanto****, e do responsável financeiro de cada Órgão do Poder Executivo Estadual.*” (G.N.).

**5 – FRACIONAMENTO DE DESPESA –** Conforme consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS – ME r**ecebeu do Estado de Alagoas, no exercício de 2014, através da SESAU, o montante de R$15.781,10, cujos pagamentos foram efetuados em valores próximos a R$8.000,00 (oito mil reais). Ressalte-se que ainda tem como Resto a Pagar (fl. 32), no mês de maio/2017, através da SESAU, o montante de R$7.901,54, também valor próximo do limite de R$8.000,00 (oito mil reais).

**6 – AUSÊNCIA DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise dos autos, NÃO foram constatas as devidas Certidões de Regularidade da Empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME**.

**7 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME** apresentou o DANFE **nº 807** (fl. 28), datado de 15/12/2014, o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. O documento comprobatório do respectivo crédito encontra-se atestado pela Enfermeira Intensivista, Rosário F. A. Albuquerque, no dia 15/12/2014.

**8 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Conforme informação do Setor de Contratos (fl. 34) NÃO EXISTE contrato entre a SESAU e a empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME**, o que contraria o art. 62 da Lei Federal nº 8.666/93.

**8 – DOCUMENTO QUE COMPROVE A ENTREGA DOS MATERIAIS -** A Controladoria Interna (fls. 35/36) destaca que, em inspeção ***“in loco”,*** foi constatada a entrega do material, segundo afirmação da Enfermeira Dermatológica, Sra. Rosário de Fátima Alves Albuquerque.

**9 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**10 - DA ANÁLISE JURÍDICA –** No contexto do processo INEXISTE parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, que trata do que expõe a Lei Complementar Estadual nº 07/1991, no que concerne ao ***controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, procedendo ao exame de todo e qualquer documento público, e a propositura de anulação de ato administrativo que se torne lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade ou da legalidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos*.**

De toda a explanação e detalhamento processual, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante da prática reiterada de fracionamento das despesas públicas e burla ao procedimento licitatório pela SESAU em face da empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME**, urge que se apure a boa fé do particular contratado mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**II. CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – Torna-se premente que se apure a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a prática de ilícitos contra a Administração Pública, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000, de acordo com o contido item I supramencionado.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 48 DO DECRETO Nº 51.828/2017 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 48 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a V, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **COBERMED – COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS - ME** (CNPJ 14.416.886/0001-63), mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 13 de novembro de 2017.

Flávio André Cavalcanti Silva

**Assessor de Controle Interno/Matrícula nº 109-0**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**